



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo [AT]

MIGRANTES, IDENTIDADE E RACISMO: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DE IDEOLOGIAS PARA INCENTIVAR A MIGRAÇÃO EM NOVA XAVANTINA, MATO GROSSO, BRASIL

OLIVEIRA, Natália Araújo de
Doutoranda em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
natalia.oliveira@ufrgs.br

MONSMA, Karl Martin
Prof. Doutor em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
karlmonsma@uol.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo mostrar ideologias e práticas racistas existentes na configuração das dinâmicas de inserção de comunidades migrantes criadas no contexto de políticas oficiais de colonização e, para tanto, apresenta Nova Xavantina, Mato Grosso, Brasil. Esta cidade foi construída a partir duas formas de ocupação oficiais, lembrando que anterior a esses processos, já havia na região indígenas da etnia Xavante. A primeira forma de ocupação oficial veio com a migração de nordestinos durante a Marcha para Oeste, um projeto nacionalista criado pelo presidente Vargas em 1938. A fim de incentivar a migração, o governo transformou estes migrantes em heróis nacionais, que, com valores de coragem e força, iriam ao interior do país para desbravá-lo. Durante a ditadura militar brasileira, gaúchos mudaram-se para a região de Nova Xavantina a partir de políticas de colonização que afirmavam que somente eles, filhos de imigrantes e possuidores de valores inatos de trabalho e progresso, poderiam desenvolver o Centro-Oeste brasileiro. É importante ainda dizer que os Xavante foram transformados pelo governo Vargas em símbolo do verdadeiro índio brasileiro e vistos pelo governo militar como obstáculo ao desenvolvimento nacional. A partir do histórico de migração desses grupos se percebe claramente relações de dominação na qual o governo se utilizou de características ditas “inatas” para incentivar a migração e se apropriar do território Xavante.

Abstract

This work aims to show racist ideologies and practices existent in the configuration of migrant communities created by official policies of colonization and, for this, presents Nova Xavantina, Mato Grosso, Brazil. This city was built from two forms of official occupation, remembering that prior to these processes, there were already in the region indigenous Xavante. The first form of official occupation came with the migration from the northeastern during the Marcha para Oeste, a nationalist project created by President Vargas in 1938. To encourage migration, the government turned these migrants into national heroes, who, with values of courage and power, would go to the countryside to tame it. During the Brazilian military dictatorship, gauchos moved to Nova Xavantina from colonization policies. These policies say that just the gauchos, who are son of the immigrants and have values innate of work and progress, could develop the Brazilian Center-West. It is important to say that the Xavante were transformed by Vargas government in symbols of true Brazil indian and they were judged by militar government as an obstacle to national development. From the history of the migration from these groups is clearly perceived relations of domination in which the government has used the "innate" characteristics to encourage migration and to appropriate from the Xavante's territory.

Palavras-chave: Políticas de migração; identidade; poder; Nova Xavantina.

Keywords: Migration policies identity; power; Nova Xavantina.

1. Apresentação

Com o intuito de discutir ideologias e práticas racistas existentes na configuração das dinâmicas de inserção de comunidades migrantes criadas no contexto de políticas oficiais de colonização, apresenta-se neste trabalho o caso de Nova Xavantina, Mato Grosso, Brasil. Esta cidade, integrante da região denominada Amazônia Legal Brasileira, é fruto de políticas oficiais de colonização criadas pelo governo a fim de expandir a fronteira agrícola nacional e, anterior a este contexto, já havia na região indígenas da etnia Xavante, que chegaram entre 1820 -1870 fugindo da investida dos brancos. A partir da década de 1940, com a criação do projeto nacionalista Marcha para Oeste, pelo presidente Vargas, chegaram à região diferentes migrantes – em especial nordestinos, que foram posteriormente denominados de Pioneiros e, a partir do governo militar, em especial na década de 1970, muitos gaúchos partiram do sul do país também para esta região em colonizações agrícolas promovidas pelas políticas de colonização do governo.

Na migração dos integrantes da Marcha para Oeste assim como na migração dos sulistas haviam discursos nacionalistas sendo proferidos para incentivar a migração. Esses discursos, construídos ideologicamente, colocaram os Pioneiros como novos bandeirantes, como heróis nacionais que iriam ao interior do país cumprir a missão de desbravar o interior. Já os Gaúchos migraram a partir de políticas de colonização que afirmaram ser necessária sua migração, pois somente o gaúcho, com seus valores de trabalho, coragem e luta, poderia levar a civilização ao interior do país. Ademais, como já dito anteriormente, já havia os indígenas da etnia Xavante, que estavam há tempos na região. Estes indígenas receberam das políticas nacionais estereótipos, reforçados pelos próprios Xavante, de índios guerreiros e bravos, mas ao mesmo tempo eram vistos como crianças que precisam da tutela do governo para se transformar em trabalhadores nacionais.

Inicialmente o artigo abordará o referencial teórico pertinente para se iniciar uma discussão quanto ao impacto de ideologias e práticas racistas na configuração das dinâmicas de inserção das comunidades migrantes assim como dos seus descendentes. Em seguida o trabalho traz as discussões empíricas acrescidas de análises iniciais sobre a temática.

Etnicidade, racismo e produção de estereótipos

Para iniciar uma discussão acerca de discursos racistas ou estereotipados utilizadas nas ideologias criadas para incentivar a migração de Xavante, Pioneiros e Gaúchos, é válido ressaltar que a perspectiva a ser adotada no presente trabalho parte de Jenkins (1997), quando o autor aponta a “raça” como uma forma específica de etnicidade, definida a partir da dominação sistemática de um grupo étnico por outro e resultante de um processo de categorização do grupo dominado como inferior. Nesta perspectiva, o debate gira em torno de relações de poder e dominação, isto é, não são necessariamente as diferenças fenóticas as mais importantes. Sendo assim, as ideologias que são criadas para justificar dominações raciais podem incluir discursos que envolvam diferenças físicas, mas também são possíveis discursos que se baseiem em supostas inferioridades culturais do grupo subjugado. Fredrickson (2002) corrobora Jenkins quando estabelece que o conceito de racismo tem dois componentes: diferença e poder e origina-se de uma mentalidade que considera "eles" como diferente de "nós", de maneira que essas diferenças são permanentes e intransponíveis. Esse sentimento de diferença fornece um motivo para usar uma vantagem poderosa de tratar etno-racialmente o outro de maneira cruel ou injusta.

Analisar a raça como uma forma de etnicidade combinada com dominação, com o faz Jenkins (1997), permite se refletir acerca do processo político da construção das identidades raciais. Nesse sentido, a construção de identidades pode envolver processo de dominação e subjugação raciais. Porém, é importante lembrar que a identidade não é somente externa, isto é, ela é construída a partir das relações internas do grupo, ou seja, pelos próprios integrantes, assim como é formada a partir da categorização que este grupo recebe (Jenkins, 1997). Ademais, como pontua French (2009), as identidades também estão interligadas às práticas culturais e as disposições legais, ou seja, as leis também podem desempenhar um papel no estabelecimento de novas categorias e possibilidades, assim como na conformação das identidades das pessoas que são afetadas pela lei.

É válido lembrar, ao se fazer uma incursão rápida aos estudos sobre raça, que os europeus utilizavam este termo a fim de designar grupos humanos com ascendência comum, em uma espécie de sinônimo ao conceito de “linhagem” (Banton, 1977). Imaginava-se, no período aristocrático europeu, que as características adquiridas eram qualidades hereditárias. Posteriormente o termo “raça” começou a se referir a povos inteiros, como uma ideia de coletividades de origem comuns – fossem elas reais ou imaginadas, o que são conhecidos hoje como grupos étnicos. Ainda nesse contexto, se tornou praxe afirmar os estados europeus como “raças” – (“raça dos franceses, dos alemães” etc.), sem se levar em consideração as origens heterogêneas desses povos (Monsma, 2013). Todavia, a partir de estudos posteriores percebeu-se e criou-se um consenso, principalmente entre os cientistas sociais e geneticistas que “raças” não existem, isto é, “raça” é uma construção social. As “raças” existem como categorias sociais de grande tenacidade e poder (Wade, 1997).

Um autor pertinente para se unir a discussão de racismo e etnicidade é Weber (1994), que define um grupo étnico como um grupo que, em virtude das semelhanças no *habitus* externo, nos costumes, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal maneira que estas semelhanças são importantes nas relações comunitárias, sendo desnecessário que exista efetivamente uma comunidade consanguínea. Outro autor importante ao se pensar nessa relação é Barth (1998), que traz à discussão de grupos étnicos o conceito de fronteira étnica, isto é, as fronteiras culturais que demarcam quem pertence a um grupo e quem não pertence.

Para Monsma (2013), ao se unir a discussão de racismo e de etnicidade, podemos verificar que, como as diferenças físicas são socialmente construídas, isto é, somente certas diferenças físicas são postas como importantes e outras são desconsideradas, podemos estender a lógica de Barth para incluir a categorização cultural das diferenças físicas como uma forma de fronteira étnica, quando este sistema de classificação opera para distinguir grupos de origem.

Ao se pensar sobre os elementos que delimitam a manutenção de fronteiras entre grupos temos Elias e Scotson (2000), que contribuem ao debate quando afirmam que, nas situações em que um grupo se acha superior ao outro, há fronteiras simbólicas erguidas que delimitam a separação entre o “Nós” e “Eles”, numa relação entre estabelecidos e *outsiders*. A estigmatização social que envolve a relação entre grupos estabelecidos e *outsiders* deve ser vista de maneira global, isto é, deve-se ir além do plano individual, visto que é necessário compreender a situação como um todo. Sendo assim, é importante perceber a figuração formada por dois (ou mais) grupos implicados, ou seja, a natureza de sua interdependência.

A estigmatização social é um tema abordado por Goffman (1975) quando o autor lembra que a sociedade cria meios para categorizar pessoas e atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada grupo. As pessoas que são consideradas normais criam estereótipos aos demais, caracterizando assim o processo de estigmatização. Link e Phelan (2001) colocam a atribuição de estereótipos em termos de rotulação, visto como um processo social de eleger certa característica e aplicá-la a alguém, podendo o indivíduo não ter realmente as características atribuídas. Para esses autores (2001, p. 371) “as pessoas são estigmatizadas quando são rotuladas e ligadas a características indesejáveis, dando-lhes uma experiência de perda de *status* e discriminação”. Essa estigmatização, ainda de acordo com os autores, é uma condição incerta de acesso ao poder social, econômico e político e resulta na identificação das diferenças e na criação de estereótipos, com uma separação das pessoas rotuladas que pode culminar em rejeição, exclusão e discriminação.

Segundo Siqueira e Cardoso (2011), as consequências negativas de ser rotulado e estereotipado colocam a pessoa no nível mais baixo da hierarquia social da qual o indivíduo participa, gerando efeitos indesejáveis em suas oportunidades. Assim, a perda de *status* em si torna-se a base da discriminação, visto que liga-se diretamente à rotulação e a criação dos estereótipos.

É válido perceber, tal como Elias e Scotson (2000) apontaram, que um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Esse poder dos estabelecidos também é utilizado para reservar para as pessoas do seu grupo cargos importantes das organizações locais, como conselhos, escolas, clubes, cargos políticos. Ou seja, o grupo estabelecido está no poder e o usa para controlar as situações que resultem na sua manutenção. Assim se formam redes que deixam os *outsiders* fora da questão.

Uma das armas utilizadas pelos grupos nas disputas de poder como um modo de manter sua superioridade social é afixar rótulos, tais como de colocar o outro como um ser de “valor humano inferior”. Neste caso, o estigma social que é imposto pelo grupo mais poderoso costuma penetrar na autoimagem do grupo dito “inferior” e, conseqüentemente, enfraquecê-lo e desarmá-lo. Entretanto, a capacidade de estigmatizar pode diminuir ou mesmo se inverter quando um grupo perde o monopólio das principais fontes de poder existentes numa sociedade e não consegue mais excluir dessas fontes de poder os grupos *outsiders*. Ainda sobre o poder e os termos estigmatizantes, Elias e Scotson (2000) esclarecem que nada é mais característico do desequilíbrio de poder do que a impossibilidade dos grupos *outsiders* retaliarem com termos estigmatizantes equivalentes para se referirem ao grupo estabelecido.

Monsma (2013) contribui com o debate ao discutir sobre a essencialização de um povo, isto é, identificação de habilidades, comportamento e disposições do grupo que supostamente são inerentes e duradouros, indo de uma geração a outra. Logo, o próprio grupo distribui a si qualidades que perpassam gerações ao passo que os outros são sempre portadores de defeitos que também são inerentes e duradouros. Dentro dessa perspectiva, geralmente os grupos que racializam outros de maneira negativa também racializam a si mesmos de forma positiva.

Por fim, Miles (1993) afirma que o discurso racializado pode atribuir atributos negativos, positivos, ou ainda ambos. Tal situação se torna pertinente para o caso aqui abordado, visto que os discursos criados a fim de incentivar as migrações de Pioneiros e Gaúchos buscaram, cada um num certo momento, racializar e estereotipar características de cada povo de maneira positiva. Logo, o autor esclarece que populações podem ser racializadas como uma presença benéfica, de maneira a serem vistas como populações possuidoras de características suscetíveis de contribuir positivamente à nação.

Findada esta primeira parte teórica, segue-se a contextualização empírica de Nova Xavantina acrescida das considerações pertinentes encontradas a partir das leituras realizadas. Nesse momento também dá-se voz a alguns autores envolvidos neste processo de migração quando entende-se pertinente fazê-lo. Ressalta-se que a cronologia da chegada dos grupos em Nova Xavantina é respeitada a fim de facilitar o entendimento das políticas nacionais de colonização criadas pelo Estado brasileiro.

Os Xavante, o Estado Novo e a ditadura militar

Xavante é um termo que denomina diversas tribos do cerrado brasileiro e, neste trabalho, fala-se dos Akuen-Xavante, localizados a oeste do rio das Mortes, no estado de Mato Grosso. Conhece-se pouco sobre a história dos Xavante antes de chegar a região do rio das Mortes, sabe-se apenas que até início do século XIX eles viviam no norte de Goiás, entre o Tocantins e o Araguaia. Posteriormente eles fugiram para o Mato Grosso e, com a elaboração do projeto governamental de ocupação do Centro-Oeste – a Marcha para o Oeste - durante o Estado Novo (1937-1945), iniciaram-se tentativas de contato para pacificar esse grupo indígena. Vale comentar que a pacificação dos Xavante era vista como estratégica pelo Estado Novo, pois, como comenta Garfield (2000, p. 26) “bem no centro do território brasileiro havia um grupo indígena hostil, sem sentimento cívico ou ética de trabalho ‘apropriada’, que impedia a expansão e o desenvolvimento econômico do Oeste”.

Acerca da relação entre os Xavante e o Estado Novo, Garfield (2011) explica que estes indígenas foram vistos como matéria-prima pelo estado, pois eram valentes, nômades, não corrompidos e amazônicos. Todavia, também eram considerados deficientes mentais que precisavam de proteção e deveriam ser remodelados pelo Estado, além de serem postos como preguiçosos e incompetentes que precisavam de disciplina e civismo para aprender o significado do trabalho e extinguir seu nomadismo. Sendo assim, percebe-se claramente o governo brasileiro produzindo ideologias e estereótipos raciais que subjogavam o outro, o diferente, o indígena.

Como progenitores da nacionalidade brasileira, os indígenas mereciam um local de honra no panteão nacional, todavia, como eram crianças de pouca capacidade mental, precisavam ser repreendidos. Essa idealização dos indígenas mostra, tal como apontado por Miles (1993), que há discursos racializam e estereotipam identidades de maneira positiva. Todavia, nesse caso, somente alguns aspectos da cultura

indígenas eram positivos, isto é, somente o que foi idealizado como o indígena ideal deveria aparecer como símbolo do país. As características indígenas consideradas “de valor humano inferior” deveriam ser extintas.

Um jornal da época das tentativas de pacificação dos Xavante comentava que “Os Xavantes são os grandes índios do Brasil, os índios realmente representativos, os índios que deveriam ser eleitos como o símbolo da raça nativa – ao invés da criação romântica de José de Alencar” (Garfield, 2000, p. 26). Assim, foram identificadas habilidades, comportamentos e disposições inerentes aos Xavante e construiu-se um ideal de “raça” nativa brasileira, uma “raça” vista naquele momento como verdadeira por conter os elementos identificados como reais.

São desse período de pacificação (década de 1940) as fotografias tiradas de avião em que se mostravam os Xavante nus jogando flechas para cima. Eram imagens de jornais dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, que logo ganharam o mundo e se estabeleceu a imagem desses indígenas como selvagens nus do interior que mostravam o atraso do país (Maybury-Lewis, 1974). Nestas reportagens, divulgadas na revista de grande circulação da época – *O Cruzeiro* -, os Xavante eram descritos como “gigantes de bronze”, “demônios vermelhos” e “a última tribo selvagem desconhecida do Brasil” (Nasser; Manzon apud Varjão, 1989, p. 296-8). Ressalta-se a criação de estereótipos formadores de estigma quando se mostrava os Xavante como selvagens nus do interior que mostravam o atraso do país, numa escala de civilização evolucionista. Ademais, foram reportagens como essas que disseminaram ao país estereótipos ou características que foram incorporadas pelos próprios indígenas como características valorativas, visto que os Xavante se reconhecem como indígenas bravos, guerreiros e corajosos.

Posterior à pacificação ocorreram vários embates físicos entre os Xavante e fazendeiros da região que queriam a posse dos territórios indígenas. Dentro desse contexto, outras armas de protesto foram criadas e os Xavante aprenderam a fazer política na capital do país para pressionar os funcionários do governo. Assim, conseguiram armas mais eficientes na defesa de seus interesses, revelando originalidade nas suas formas de reivindicação. Vale entender que neste contexto já existia o Estatuto do Índio, promulgado em 1973, que deu força as pautas de luta dos indígenas do Brasil, sendo, no caso dos Xavante, lutas por suas terras e a garantia de seus direitos. Pensando nas considerações de French (2009), compreende-se que as leis podem desempenhar um papel importante no estabelecimento de novas categorias e possibilidades, neste caso, as possibilidades se abriram no sentido de novos caminhos, agora jurídicos e midiáticos, para luta dos seus direitos.

Cabe lembrar que os Xavante foram vistos, durante a ditadura militar assim como nos dias de hoje, como um obstáculo ao desenvolvimento nacional, além de serem caracterizados como inconvenientes aos planos governamentais de ocupação do estado. Essa exclusão é caracterizada sob um modelo de dominação-sujeito, no qual um dos grupos detém: “grande poder de determinação na dinâmica do sistema interétnico por força de seu maior poder bélico e econômico” (Cardoso de Oliveira, 1976, p.54). Logo, como Fredrickson (2002) e Jenkins (1997) esclareceram, a questão da “raça”, visto como uma forma específica da etnicidade, é posta em termos da dominação sistemática de um grupo étnico por outro. Deste modo, o debate centra-se em torno das relações de poder e dominação, ou seja, do poder de determinação da sociedade envolvente na dinâmica do sistema interétnico, nos termos de Cardoso de Oliveira.

Os “destemidos patriotas desbravadores do sertão”, ou os pioneiros da marcha para Oeste

Ao assumir como presidente, Getúlio Vargas decidiu que o país deveria lotear os “imensos vazios do oeste” com migrantes para explorar economicamente a região. Para isso, decretou a criação de colônias agrícolas em diferentes estados brasileiros que seriam ocupadas com o excedente de pobres nacionais, principalmente do Nordeste, sendo exemplo disto o projeto nacionalista Marcha para o Oeste. Essas colônias agrícolas estavam “destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas, e excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros” (Decreto N°. 3059 de 14 de fevereiro de 1941 apud Esterici, 1977, p. 1).

Refletindo sobre a escolha dos nordestinos para “realizar” a missão de desbravar o Brasil, Lenharo (1986, p. 97) comenta que nos ombros dos trabalhadores nordestinos foi posta a incumbência de conquistar a Amazônia e

incorporá-la ao “todo orgânico” do país. O plano do regime de Vargas era prosseguir a obra de ocupação do Acre que havia sido iniciada por meio da exploração da borracha em anos anteriores. Assim, o passado foi reificado, reinterpretado de maneira a justificar as diretrizes políticas do que ocorria naquele momento. Logo “o nordestino recebe o mandato porque ele é predestinado a essa obra missionária da conquista: seus antepassados já haviam aberto uma trilha que podia se perder. Da fuga da seca o nordestino heroicamente provocara o alargamento do corpo do país”. Lenharo (1986) ainda pontua que a fome, a seca, o sofrimento aos quais os nordestinos sempre foram impingidos deram lugar a dimensão mítica de uma participação que se torna impositiva, devido ao curso de uma tradição que transforma a migração e a conquista em uma obrigação patriótica.

Considerando o discurso dos próprios Pioneiros quanto à escolha de nordestinos para empreender a “saga do sertão” da Marcha para Oeste, um Pioneiro, questionado sobre a região de origem dos expedicionários, afirmou que esses eram em sua maioria nordestinos, pois

para aguentar o sertão “tinha que ser muito macho”. (...) paulista era muito pouco, só a turma dos Villas Boas. Tinha mais nordestino, da Bahia, Maranhão, Ceará, Pernambucano, alguns do Goiás. Paulista tinha muito pouco. O cabra pra aguentar o que eu aguentei aí tinha que ser muito macho, se não, não aguenta. Os que vinham da cidade o máximo que aguentavam era quinze dias e já queriam ir embora (Oliveira, 2010, p. 116).

Essa fala revela a apropriação do discurso federal ocorrido durante a migração. Esse discurso colocava-os como corajosos desbravadores do sertão e, desta forma, para ser herói tinha que ser “cabra macho”, tinha que ter coragem para aguentar as dificuldades encontradas, o que paulistas, em sua maioria, não conseguiam fazer, no dizer do entrevistado. Tal como essa rotulação de cabra-macho, os nordestinos sempre receberam muitas outras, arraigadas algumas vezes em estereótipos físicos e outras em características sociais, vistas com inerentes. Logo, a essencialização dos nordestinos no Brasil perpassa características físicas e estereotipadas, tais como a que afirma que o nordestino tem a cabeça chata, assim como comportamentos rotulados que vão desde preguiça inerente (no qual se diz que os nordestinos só vivem das políticas sociais do governo) à coragem histórica (como exemplo se tem Euclides da Cunha, que afirmou em 1902 que o sertanejo - se referindo ao nordestino-, é antes de tudo um forte). Percebe-se, a partir da literatura apresentada sobre as políticas oficiais de colonização do governo do Estado Novo, que o governo de Vargas escolheu, para incentivar a migração desses, reforçar seus estereótipos de homens corajosos, que levariam a civilização a um espaço brasileiro desabitado (ignorando, obviamente, que diversos “espaços vazios” já eram habitados por indígenas de diferentes etnias).

A atribuição de rotulações vistas como positivas pelos próprios migrantes nordestinos lembra Jenkins (1997) quando o autor afirma que a identidade é formada a partir das relações internas do grupo, ou seja, dos próprios integrantes, mas também a partir das categorizações que o grupo recebe. Assim, a categorização de homens valentes e corajosos, recebidas pelas políticas oficiais de colonização do governo Vargas, uniu-se a uma auto atribuição de qualidades que veem o nordestino como “cabra-macho”, resultando na identidade desses migrantes.

A fim de mostrar a importância dos bandeirantes na história do Brasil com o intuito de transformar os migrantes nordestinos em novos bandeirantes, o ideólogo do Estado Novo, Cassiano Ricardo, escreveu sobre o tema no livro “A marcha para o Oeste” (1942), no qual afirma que a história do Brasil realmente começou com a entrada da primeira bandeira no sertão, cujo fato representou a primeira democracia nascida (por existir, segundo ele, negros e índios no comando das bandeiras) e que a bandeira criou a geografia brasileira e uniu as “raças” do país, além de ter povoado o território nacional. Vê-se em Cassiano Ricardo resquícios do que Gilberto Freyre já havia realizado em 1933 ao lançar Casa Grande & Senzala, ao colocar o Brasil como um país de mistura, um local sem preconceitos raciais, onde todos grupos tiveram sua importância, reforçando, deste modo, o mito da democracia racial brasileira. Logo, os conflitos raciais foram encobertos a partir do momento em que se via o Brasil como um país com igualdade entre “raças”.

Por meio desses discursos, se percebe a construção de uma nova identidade para os migrantes que fossem ao “Oeste”, pois estes deixariam de ser os pobres nacionais e transformar-se-iam heróis nacionais. Assim, há a

transformação de uma identidade a partir de políticas oficiais, na qual o pobre nacional transforma-se em herói a partir de uma política, implicada em decretos oficiais e discursos nacionalistas realizados pelo próprio presidente e por seus ideólogos.

“Vocês são filhos de imigrantes”: a saga do gaúcho para o Mato Grosso

Durante a década de 1970 o governo militar utilizou-se de migrações e colonizações para abafar tensões sociais ocorridas no Sul do país, valendo-se da ideologia de espaços vazios e de homens corajosos que levariam o progresso à Amazônia. Nessa migração os gaúchos migrantes foram postos como “heróis que transformariam espaços vazios em locais de civilização e desenvolvimento (...)” (Seluchinesk, 2008, p. 4).

As colonizadoras responsáveis pelas colonizações particulares no Mato Grosso utilizavam-se de todos os meios ideológicos necessários para incentivar a migração, colocando a nova região como “paraíso terrestre”, no qual haveriam “vacas leiteiras, pastagens, estábulos, casas” (Tavares dos Santos, 1993, p. 72). O Jornal da Terra, da cidade de Tenente Portela, constantemente divulgava mensagens ideológicas para incentivar a migração, afirmando o Gaúcho como “filho do imigrante”, rememorando datas importantes, como um “novo 25 de julho”, data de comemoração do começo da colonização alemã no Brasil.

Percebe-se, a partir das propagandas utilizadas para incentivar a migração, que as raízes “raciais” dos grupos migrantes foram usadas para incentivá-la e a essencialização dos gaúchos como filhos de imigrantes, mostrou-se pertinente. Ademais, ainda se reforçava um *ethos* do trabalho, tal como ocorreu na colonização alemã e italiana ao sul do país (Seyferth, 1999), que entrava em contraste, naquela época com o caboclo do sul do país, e nessa nova colonização rumo ao Mato Grosso, com os grupos que já se encontravam na região quando da chegada dos gaúchos, isto é, os Pioneiros.

Traçando paralelos entre a imigração dos alemães e italianos ao Sul do país e da migração dos sulistas ao Mato Grosso, pode-se perceber que durante a imigração ao Brasil, os imigrantes tiveram como símbolo étnico “virtudes” destacadas, tais como o “trabalho alemão”, o “espírito pioneiro” num discurso etnocêntrico ao qual não faltavam referências raciais, principalmente no confronto com o “outro” que estava mais próximo do colono, naquele caso o brasileiro rural, chamado de caboclo, em sentido pejorativo, denotando suposições de inferioridade étnica (Seyferth, 1991). Na colonização sulista rumo ao Mato Grosso, tais virtudes de trabalho e espírito pioneiro, associadas a “raça” alemã ou italiana foi reutilizada para incentivar a migração.

Sobre essa relação com o “outro”, uma entrevista com um Pioneiro mostra-se interessante. Segundo ele “havia uma separação pelo fato dos Gaúchos serem mais desenvolvidos (Oliveira, 2010, p. 154)”. Ou seja, a disseminação do estereótipo do caboclo como ser inferiorizado faz parte da identidade dos próprios e, como Elias e Scotson (2000) destacaram, é possível que rótulos que colocam o outro como ser humano de “valor inferior” penetrem na autoimagem do grupo dito “inferior”. Assim, os Pioneiros concordam que os gaúchos eram mais desenvolvidos.

Outro entrevistado, esse gaúcho, afirmou que

com esses [se referindo aos Pioneiros] aí havia uma questão assim, o pessoal que veio do sul (...) eles consideravam o povo daqui preguiçoso, fazia pouco, já existia uma certa discriminação, espécie de preconceito, não assim que influenciasse de ter assim uma inimizade, um confronto por parte deles que moravam aqui. Havia num certo momento um elogio, porque aí eles viram, de uma hora pra outra um grande movimento, que aqui era pacato, era parado, virou nesse movimento de caminhões, de tratores, de máquinas, movimento na cidade, comércio crescendo, influenciando, abrindo, aumentando, então eles elogiavam, né, o trabalho desses Gaúchos, de Pioneiros, de desbravadores, que enfrenta os desafios, ao mesmo tempo também criticavam que havia uma certa discriminação, porque aí o pessoal que veio do sul se achava assim na condição do poder, eu posso fazer, vou fazer, dou conta de fazer, essas coisa tudo (Oliveira, 2010, p. 163).

Seyferth (1999) afirma que os termos que os imigrantes italianos e alemães e seus descendentes utilizavam para se referir aos nativos brasileiros durante a imigração de alemães e italianos ao sul do país era

“malandros”, “preguiçosos”, “atrasados”, “relaxados”, “descuidados”. Percebe-se, a partir da fala do entrevistado acima, que os termos pejorativos continuaram, isto é, os caboclos do Mato Grosso também eram “preguiçosos”, “atrasados”, “relaxados”, “descuidados” e só com a chegada dos Gaúchos a região é que a cidade pode se desenvolver. Logo, os Gaúchos se entendem como detentores de valores de progresso e trabalho e eles sim são Pioneiros de Nova Xavantina. Rememora-se Elias e Scotson (2000) quando os autores afirmam que uma das armas utilizadas pelos grupos nas disputas de poder como um modo de manter sua superioridade social é afixar rótulos que coloquem o outro como um ser de “valor humano inferior”. Tal poder de nomeação dos Gaúchos para os grupos que estava anteriormente na região pode estar ligado ao poder associado à posse de terra, da qual os Gaúchos eram proprietários. Vale lembrar que o Mato Grosso é um estado reconhecidamente agrícola, na qual o poder de terra associa-se a outras formas de poder na sociedade.

Outro ponto interessante percebido no discurso refere-se à discussão de poder, central quando se pensa em processos de categorização de grupos dominados como inferiores. Neste caso revela como a relação dos Gaúchos com os Pioneiros é resultante de um processo de categorização que vê o outro grupo como diferente e inferior, em uma mentalidade que considera “eles” diferente de “nós” de maneira que essas diferenças são permanentes e intransponíveis (Fredrickson, 2002). Nesses momentos as fronteiras étnicas (Barth, 1998) são estabelecidas e delimitam quem pertence a um grupo e quem não pertence.

Recorre-se novamente a Seyferth (1991) quando a autora comenta sobre a ideia da capacidade inata dos imigrantes italianos e alemães que imigraram ao Sul do país. A autora afirma que os discursos do período estabeleciam uma imagem de comunidades construídas pelos imigrantes a partir do trabalho familiar (implicando a participação de todos), através do qual surgiram as casas, as plantações (roças), as estradas, as escolas, as capelas, as associações - sem qualquer ajuda do estado brasileiro. Logo, a "capacidade de trabalho" do colono é vista como inata, isto é, uma qualidade daqueles que tem "origem", embora essa concepção seja mais forte entre os descendentes de alemães. Sobre a capacidade inata, vale destacar que a essencialização de um povo atravessa gerações. Nesse caso, os filhos e netos dos imigrantes que vieram ao Mato Grosso também possuíam “atributos” característicos a “raça” que entendiam pertencer. Além disso, neste caso fica claro as qualidades que perpassaram gerações e os defeitos inerentes e duradouros atribuídos aos de fora. Assim, os grupos que racializam outros de maneira negativa também racializam a si mesmos de forma positiva (Monsma, 2013).

Dentro desse contexto de discursos produzidos a partir de políticas públicas para incentivar a migração, é essencial ainda se conhecer os discursos que foram produzidos sobre os habitantes da então de Vila de Xavantina pelo governo brasileiro. O acesso a um dos documentos internos do governo federal (apud Oliveira, 2010) integrante do projeto de colonização Xavantina revela a diferença existente entre o primeiro chamamento para colonizar a região, feito aos homens pobres que vieram desbravar e construir o Centro-Oeste, na década de 1940, do segundo chamamento, realizado já na década de 1970. Esse documento é anterior à chegada de gaúchos na região e tem como objetivo mostrar a necessidade de se colonizar a então Vila de Xavantina. O documento se chama Projeto Xavantina.

No documento, a Vila de Xavantina é retratada como composta principalmente por funcionários da Sudeco¹ – isto é – os Pioneiros da Marcha para Oeste, caracterizados como ociosos, sem iniciativa e dinamismo. Esses moradores, vistos como passivos, não deveriam receber lotes, pois não davam valor ao que tinham, tendo-se como parâmetro o estado de conservação de suas habitações. Outro item citado no relatório refere-se à inadequação quanto à alimentação dos moradores, cujo consumo de “legumes, ovos e verduras” é visto como reduzido, comprovando a falta de hábitos daquela população para produzir e consumir tais alimentos.

A Vila estaria morta e precisando de pessoas entusiasmadas para assumi-la e dar-lhe vida. O dinamismo ocorreria, ainda segundo o documento, quando fosse efetuada a abertura da nova parte da cidade e da chegada de novas pessoas. Desse modo, percebe-se que, para migrar ao Centro-Oeste, esses homens eram cultuados como corajosos e valentes, mas, a partir do momento em que sua ocupação não interessava mais, faz-se necessário substituí-los por outros.

A partir desse documento lembra-se de Link e Phelan (2001) quando os autores colocam a rotulação como um processo social de eleger certa característica e aplicá-la a alguém, podendo o indivíduo não ter realmente as características atribuídas. Deste modo, as pessoas são estigmatizadas ao serem rotuladas e receberem características indesejáveis, resultando em uma experiência de perda de *status* e discriminação. Sendo assim, o documento acima comentado mostra claramente a rotulação dos moradores do local, visto como ociosos, sem iniciativa e dinamismo, características nas quais os Pioneiros da Marcha para Oeste não desejam. Tal rotulação, pelo Estado brasileiro, resulta em uma experiência de perda de *status* e discriminação, realizada pelos grupos que chegaram posteriormente, isto é, os gaúchos, para com os Pioneiros.

Considerações finais

Ao se pensar na relação entre Xavante, Pioneiros e Gaúchos a partir de óticas que debatem discursos racistas e estereotipados para incentivar migração, é importante analisar a questão do poder envolvido em tal relação, ressaltado por Jenkins (1997), Fredrickson (2002) e Elias e Scotson (2000). Sendo assim, a política do Estado Novo utilizou-se de discursos que enfatizaram características consideradas inatas para que os nordestinos migrassem a Amazônia e, dentro ainda do contexto do Estado Novo, discursos acerca de quem eram os Xavante e qual sua importância frente à identidade nativa ideal foram criados. Têm-se ainda, como apresentado neste artigo, discussões sobre a essencialização da identidade gaúcha como componente indispensável ao desenvolvimento da Amazônia.

Todavia, mais do que perceber como essas migrações aconteceram, isto é, como os discursos foram criados e apropriados, é necessário compreender as relações que envolvem toda essa dinâmica, isto é, as relações de poder e dominação. Tais relações permeiam todos os discursos criados. Sendo assim, qual o objetivo de se valorizar as características étnicas ou raciais dos Xavante? Isto é, qual relação era essa e como era estabelecida? Entende-se que o Estado Novo tinha como intuito, na verdade, criar um projeto político que pudesse dominar os Xavante e se apropriar do seu território. Sendo assim, era importante domesticá-lo e transformá-lo, em uma relação de poder e dominação. Logo, as características fenóticas dos Xavante não eram e nem são as mais importantes.

Já se refletindo acerca dos migrantes que foram ao Mato Grosso a partir das políticas de colonização do Estado Novo se percebe, durante a migração, a eles foram atribuídos estereótipos de conotação positiva, a fim de que essa migração se realizasse. Todavia, a partir do momento que sua presença na região não era mais importante para o Estado, eles foram rotulados de preguiçosos, sem iniciativa e dinamismo. Nesse sentido, o Estado se mostra disseminador de estereótipos quando acredita ser pertinente fazer com que grupos migrem de um espaço a outro. Nesse sentido também se compreende a ida dos Gaúchos ao Mato Grosso, em uma relação em que a essencialização de povos foi utilizada como discurso para incentivar a migração. Contudo, por trás de todas essas relações o que predomina é poder do Estado, no qual as políticas foram criadas, oficializadas e executadas com o objetivo da expansão da fronteira agropecuária do Centro-Oeste brasileiro.

Referências bibliográficas

- Banton, M. (1977). *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70.
- Barth, F. (1998). Grupos étnicos e suas fronteiras. In Poutignat, P; Streiff-Fenart, J. *Teorias da etnicidade*, (pp.188-227). São Paulo: UNESP.
- Cancelli, E. (1984). *Estratégia para o flagelo*. 118 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Programa de Pós Graduação em História do Brasil. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- Cardoso de Oliveira, R. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.
- Elias, N; Scotson, J. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Esterci, N. (1977). O mito da democracia no país das Bandeiras. *Pesquisa antropológica*, Rio de Janeiro, 18.
- Fredrickson, G. M. (2002) *Racism: a short history*. Princeton: Princeton University Press.

- French, J. H. (2009). *Legalizing identities: becoming black or Indian in Brazil's Northeast*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Garfield, S. (2000). As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 20, 39, 13-42.
- _____. (2011). *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. São Paulo: UNESP.
- Goffman, E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Jenkins, R. (1997). *Rethinking ethnicity: arguments and explorations*. London: Sage.
- Lenharo, A. (1986). *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste: os anos 30*. 2 ed. Campinas: ed. UNICAMP.
- Link, Bruce G.; Phelan, J. C. (2001). Conceptualizing Stigma. *Annual Review of Sociology*, New York, 27, 363-385. Recuperado em 19 de Janeiro, 2014, <http://www.heart-intl.net/HEART/Stigma/Comp/Conceptualizingstigma.htm>.
- Maybury-Lewis, D. (1974). *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Miles, R. (1993). *Racism after 'race relations'*. London: Routledge.
- Monsma, K. M. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos da pós-abolição paulista. In XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais eletrônicos...* Natal, 2013. Recuperado em 15 de Janeiro, 2014, de http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364748564_ARQUIVO_Monsmatrabalho.pdf.
- Oliveira, N.A de. (2010). *Xavante, Pioneiros e Gaúchos: identidade e sociabilidade em Nova Xavantina/MT*. 2010. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- Ricardo, C. (1942). *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social de política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, vol. 1.
- Seluchinsk, R. D. R. (2008). *De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense*. Brasília, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.
- Seyferth, G. (1999). Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In Pandolfi, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*, (pp. 199-228). Rio de Janeiro: editora FGV.
- _____. (1991) Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, 91, 31-63.
- Siqueira, R. de.; Cardoso, H. (2011). O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. *Imagonauta*, 2, 1. Recuperado em 19 de Janeiro, 2014, de http://imagonautas.gceis.net/sites/imagonautas.gceis.net/files/images/6_de_siqueira_y_cardoso.pdf
- Tavares dos Santos, J. V. Dos (1993). *Matuchos: exclusão e luta – do sul do país para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- Varjão, V. (1989). *Aragarças: portal da Marcha para o Oeste*. Brasília: Senado Federal.
- Wade, P. (2000). *Raza y etnicidade em Latinoamérica*. Lisboa: Abya-Yala.
- Weber, M. (1994). Relações comunitárias étnicas. In _____ *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (pp. 267-277). 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília.

¹ Com a extinção da Fundação Brasil Central, em 1967, foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), órgão de planejamento do governo federal.